

País negociará se não houver pressões do FMI, diz Bresser

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, disse ontem que se os bancos privados americanos exigirem um acordo formal do Brasil com o FMI, não haverá acordo nenhum, e continuará o impasse. "Acho que isso não interessa nem a eles nem a nós. Seria uma atitude absolutamente irracional da parte deles, porque não vai haver acordo e vamos continuar com essa situação por mais algum tempo", disse Bresser.

A recusa a qualquer acordo com o FMI, formal ou informal, é um dos pontos aprovados pela convenção do PMDB para balizar a ação do ministro da Fazenda. Mas Bresser não se mostrou tão incisivo ao responder sobre outra das exigências do PMDB: a limitação dos pagamentos da dívida a 2,5% do PIB.

"Isso é um objetivo", comentou Bresser. "O inegociável é o crescimento. A idéia do PMDB é que você não pode crescer com uma transferência de recursos superior a 2,5% do PIB. Mas isso é uma indicação geral. Na prática, é preciso ver caso a caso." Bresser explicou ainda que a transferência porcentual de recursos vai cair à medida que aumentem as exportações e o próprio PIB brasileiro.

COLABORAÇÃO DOS EUA

O ministro da Fazenda recebeu ontem em audiência o embaixador dos Estados Unidos, Harry Shlaudeman, que estava acompanhado de seu assessor financeiro, Gay Shoap. O ministro disse que teve "uma boa conversa" com Shlaudeman, e que espera ter a colaboração do governo norte-americano no processo de negociação da dívida externa brasileira. Bresser considerou a colaboração americana "fundamental nesse processo", mas fez questão de reafirmar que renegociação da dívida não começa na viagem que faz amanhã a Washington.

"Vou apresentar minha equipe, e o Plano Macroeconômico que será aprovado amanhã (hoje) formalmente pelo presidente da República e pelo CDE", afirmou o ministro. "Vou também dizer que estou pronto a negociar com os bancos privados e que então precisamos marcar uma data para a negociação, de forma a podermos sair da moratória, nas condições que estamos estabelecendo para sairmos da moratória." O ministro

estabeleceu como condições para suspender a moratória, na exposição que fez à Câmara dos Deputados, no mês passado, o refinanciamento parcial dos juros da dívida até 88, a redução dos *spreads*, a recuperação das reservas brasileiras, e o estabelecimento de garantias contra altas excessivas dos juros e quebras nos superávits comerciais do Brasil.

O ministro da Fazenda garantiu ainda que tem certeza de que o Plano Macroeconômico será bem recebido nos Estados Unidos, tanto pelo governo como pelos credores privados. "Eles já conhecem boa parte, e sabem que está bem feito, que não vai ser fácil atingi-lo, mas que realmente atende aos interesses do País", afirmou. Bresser disse que é o plano que garante que o Brasil conseguirá superávits comerciais, que interessam aos credores, porque permitirão o pagamento de parte dos juros. "O resto eles tem que financiar", concluiu Bresser.

RECUSA

O Ministério da Fazenda recusou dois pontos da moção que a convenção nacional do PMDB aprovou sobre a política econômica: a exigência do *spread* zero para todo o estoque da dívida externa a ser renegociada e a fixação do prazo de seis meses para a reposição do valor real do salário mínimo ao nível de março passado.

No primeiro caso, o *spread* zero, freqüentemente mencionado pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, é considerado uma posição de negociação e não uma exigência inarredável. Trata-se de uma postulação passível de ser trocada por outra flexibilização que venha ser concedida pelos banqueiros, na longa e difícil fase de negociação que se aproxima.

Quanto à reposição do valor real do salário mínimo, a intenção do ministro da Fazenda é fazê-la gradualmente, a partir do início da fase de flexibilização dos preços, portanto, a partir de outubro. Quando os autores da moção estabeleceram um prazo — o segundo semestre — praticamente inviabilizaram a adoção da medida, pois o texto da moção Celso Furtado, apoiada pelo Ministério da Fazenda, mencionava que a recomposição se faria "nos próximos meses", sem indicar um prazo preciso.

Na avaliação de um qualificado assessor do ministro Bresser Pereira, a moção do PMDB pode ajudar ou atrapalhar as negociações externas, dependendo de como ela venha a ser encarada pelos credores.



Bresser: eu estou pronto